

## EM BUSCA DE UM TENOR DÉFICIT DE REALISMO NA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

MARCELO DE PAIVA ABREU

Talvez seja a instabilidade internacional, mas de alguma forma não se deu a importância devida à confirmação da decisão pré-anunciada do ministro da Fazenda de que não registraria seu nome em partido político em prazo compatível com as exigências legais para disputar as eleições de outubro de 2002.

Desde 1993, a partir do momento em que a escalação aleatória de ministros da Fazenda por Itamar Franco resultou na feliz escolha do atual presidente como ministro da Fazenda, vem sendo seguida estratégia econômica minimamente coerente. Após espetacular êxito inicial no controle da inflação, buscou-se combinar a manutenção da estabilidade monetária com reformas institucionais objetivando a continuidade da abertura da economia, o saneamento das contas públicas e a privatização de empresas estatais. A volta ao crescimento sustentado sempre foi objetivo implícito de tal programa. Assegurado o sucesso da estabilização e das reformas haveria o retorno a um virtuoso crescimento. Por circunstâncias diversas, fracassou a transição de uma trajetória de inflação alta com estagnação do crescimento, para uma trajetória de estabilidade de preços com crescimento sustentado. Continuou a faltar crescimento, tal como havia ocorrido desde 1980, quando fracassou mais uma nova tentativa de *fuite en avant* com reversão de expectativas e o País mergulhou na estagnação com inflação alta sob a batuta do decano dos economistas do *Ancien Régime*.

Uma possível candidatura do ministro Malan à presidência, embora enfrentasse dificuldades eleitorais comuns a outros candidatos que possam de alguma forma representar a continuidade política do governo FHC, teria a virtude de se basear naturalmente na defesa da continuidade do programa econômico em implementação desde 1993. Seria de alguma forma a repetição da plataforma vitoriosa em 1998 quando da reeleição do atual presidente. Os outros possíveis candidatos presidenciais sempre buscaram se dissociar da política econômica do governo, inclusive com críticas bastante explícitas, fundados no temor de que qualquer leitura de continuísmo da política econômica comprometeria sua viabilidade eleitoral. No sentido estrito, a única candidatura verdadeiramente de continuidade seria a do ministro da Fazenda.

É certo que o momento econômico e político atual é distinto do que marcou a reeleição em 1998. A crítica ao governo vem se radicalizando, empolgando setores empresariais pouco comprometidos com os reais interesses nacionais, políticos particularmente vulpinos e parte da mídia. Tornou-se quase que *de rigueur* achincalhar o governo e sua política econômica. Alguns analistas, prisioneiros de seus preconceitos e abandonando qualquer pretensão à objetividade, viram nos eventos de 11 de setembro a confirmação de

que de fato a “ordem neo-liberal” estaria condenada. No Brasil, isto significaria “maior intervenção estatal”, inclusive para substituir importações ou estimular exportações. Depois de tamanha desvalorização cambial parece quase ridícula a crença de que bom mesmo para assegurar lucratividade é subsídio ou reserva de mercado.

Transladada à sucessão presidencial vem à lembrança uma das estórias prediletas de Mário Henrique Simonsen, ruminando sua derrota de 1979. Tenor com voz de qualidade média, ao ser apupado pela platéia brada: “*aspettate il barítono*” (esperem o barítono). A lógica implícita no desabafo do tenor é a de que a pergunta relevante a responder quanto à política econômica é se as propostas de políticas econômicas esboçadas pelos candidatos que restam na liça presidencial são preferíveis às políticas decorrentes da atual estratégia econômica. O que hoje se vê nos candidatos presidenciais é, ou a simples reticência, ou grande carência de idéias com um grau mínimo de viabilidade que possam substituir a estratégia do governo. É como se a disputa eleitoral fosse ser travada com base em programas que não têm a menor possibilidade de efetiva implementação e que serão abandonados na primeira oportunidade. Em qualquer caso parece difícil imaginar que será viável a implementação de idéias que significarão marginalizar a economia brasileira da economia mundial. A opção pela integração já foi feita e dificilmente será revertida em benefício de modelos alinhados a experiências interessantes, mas de difícil replicação, como as da China e da Índia. A menos de grandes cataclismos, o Brasil em cinco anos continuará com economia razoavelmente aberta do ponto de vista comercial e financeiro e dependente da atração de capitais para financiar parte significativa dos investimentos. Depois de vinte anos de estagnação da renda per capita é preocupante que a condução da coisa pública possa estar ameaçada de voltar a assemelhar-se à operação de um navio-escola e que as perturbações oriundas da economia internacional possam vir a ser significativamente agravadas por falta de credibilidade na gestão da política econômica.

A política, como a natureza, detesta o vácuo. A ausência permanente de um candidato presidencial efetivamente alinhado com a política econômica atual parece conflitar com a lógica política e com a racionalidade econômica. O melhor que se pode esperar é que o cálculo político de um dos candidatos presidenciais da conturbada coalizão governamental acabe levando à conclusão de que há benefícios em empunhar a bandeira do realismo econômico e que há até mesmo uma chance de (sofrida) vitória. Talvez o mais grave déficit brasileiro no momento seja o de realismo econômico entre sua liderança política.

-----

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.